



MUNICÍPIO DE CUBA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 50

(Quadriénio Autárquico 2021/2025)

30-08-2023

[Handwritten signatures in blue ink]

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a quinquagésima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Candeias Chora, Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Os Vereadores do PS questionaram o Executivo, tendo em conta a importância da Etar para a vila de Cuba, quais os custos associados ao investimento para o município bem como as tarifas futuras que poderão, ser ou não, pagas pelos munícipes.

O Sr. Presidente respondeu que todos os investimentos que a AGDA faz são discutidos com os municípios e acertado o modelo de pagamento. Sempre que há investimentos por norma eles são refletidos na tarifa fixa da água e do saneamento pagas pelos municípios. Por isso quando se diz que nos investimentos efetuados pela AGDA o município não tem qualquer comparticipação não corresponde à verdade.

BALANCETE DE TESOOURARIA REFERENTE AO DIA 29 DE AGOSTO DE 2023: € 179 719,92. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. PROCESSO DISCIPLINAR COMUM N.º 1/2023. CARLOS FILIPE ROMBÃO CARDEIRA.

Foi presente à Câmara o Relatório Final do processo em título, que se resume da seguinte forma: -----

Relatório Final

(elaborado nos termos do art.º 219.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual)

O processo disciplinar acima identificado foi instaurado contra o trabalhador Carlos Filipe Rombão Cardeira, por decisão de 26/06/2023 do Ex.º. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cuba (*vide* Doc. 1), com base nas participações do Encarregado Geral, Sr. José Domingos Fitas Galinha, datadas de 26/05/2023, 14 e 15/06/2023, (*vide* Doc. 2), documentos que se anexam ao presente relatório e se dão por integralmente reproduzidos, os quais em síntese se traduzem na violação do dever de assiduidade previsto na alínea i) do n.º 2 e no n.º 11 do art.º 73.º da LTFP. -----

Pelo exposto, atendendo aos factos descritos, à prova produzida e ao disposto no art.º 189.º, conjugado com o n.º 3 do art.º 190.º, ambos da LTFP, propõe-se, por considerar necessária, adequada e proporcional, bem como para acautelar as exigências disciplinares do serviço, que ao trabalhador em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Cuba, Carlos Filipe Rombão Cardeira, integrado na carreira e categoria de Assistente Operacional, afeto à Subunidade de Ambiente e Espaços Verdes, da Unidade de Ambiente, Ordenamento e Urbanismo, arguido no presente processo, seja aplicada a pena de suspensão, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 180.º, por violação do dever de assiduidade, previsto na alínea i) do n.º 2 do artigo 73.º da LTFP e tipificado no n.º 11 do mesmo artigo, mas suspensão pelo prazo de 1 ano, nos termos do art.º 192.º da LTFP. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito do seu poder discricionário no que concerne à aplicação de penas disciplinares, previstas na legislação aplicável, determina aplicar a pena de suspensão por um período de 6 meses. -----

2. ALTERAÇÃO Nº 8 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2023. -----

Foi presente à Câmara a informação Reg.º n.º 9480, da Chefe da Divisão de Administração, Finanças e Cultura, cujo teor se transcreve: -----

Enquadramento Legal: -----

A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192/2015, " As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial". -----

Na alteração n.º 8 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com: aquisição de artigos de higiene e limpeza, bens para confeção, vestuário e artigos pessoais, outro material peças, encargos das instalações, conservação de bens, locação de material de transporte e de outros bens, seguros, encargos de cobrança e aquisição de serviços de bens e serviços diversos. -----

A nível das despesas com o pessoal, os reforços ocorreram para fazer face a despesa com trabalho extraordinário, encargos com a saúde, subsídio familiar a crianças e jovens e outras prestações familiares. No orçamento da receita a modificação ocorreu em virtude da necessidade de ajustar a previsão atual à execução. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

03 342 2015/4 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto (aquisição de equipamentos);

03 342 2015/4 ação 3- O reforço ocorreu para fazer face à adjudicação de trabalhos adicionais de conclusão da Frente de Praia do Ecopark do Alentejo Central ; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações (reforços) nos seguintes projetos:

02 211 2022/5003 ação1, subação 9- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto;

02 232 2023/5004 ação2 subação 3- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com um apoio eventual em géneros;

02 251 2019/5031 ação 6- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o carnaval de verão;

02 251 2017/5003- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto (acertos de cabimentação);

02 253 2002/5044 ação1- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto (acertos de cabimentação- protocolo com a paróquia);

03 341 2002/5050 ações 1,2,4 e 7- O reforço ocorreu para fazer face a compromissos diversos relacionados com a Feira anual de Cuba 2023;

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou a alteração. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

3. ODETE CARACINHA FRAGOSO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: LARGO NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO, 12 – VILA RUIVA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 96/2023, SA, da autoria da Assistente Técnica Fátima Vargas, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a requerente a possibilidade de proceder ao pagamento da quantia em dívida, à qual acrescerá juros e custas processuais, proveniente do consumo de água da habitação acima mencionada que se encontra em processo de execução fiscal, em prestações mensais no valor de 20,00€, por não ter condições de efetuar o pagamento na totalidade. -----

De acordo com o previsto no Decreto-Lei nº433/99, de 26 de Outubro, na redação vigente, prevê o nº 4 do artº 196º o seguinte que passo a transcrever: "O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número de prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer uma delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização." -----

Compete ao órgão de execução fiscal, nos termos do art.º 197º do citado diploma, autorizar o plano de pagamento. -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, pode a Câmara atender à pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme plano apenso à presente informação, alertando para o facto de que a falta de pagamento de qualquer das prestações importa o vencimento imediato das seguintes, prosseguindo o processo de execução fiscal os seus normais termos até à extinção (nº1 do artº 200º do CPPT)." ----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

4. JOSÉ ABÍLIO VIEIRA PEREIRA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA ESPERANÇA, N.º 45, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 97/2023, SA, da autoria da Assistente Técnica Fátima Vargas, cujo teor se transcreve: -----

"Solicita a requerente a possibilidade de proceder ao pagamento da quantia em dívida, à qual acrescerá juros e custas processuais, proveniente do consumo de água que se encontra em processo de execução fiscal, em prestações mensais no valor de 50,00€, por não ter condições de efetuar o pagamento na totalidade. -----

De acordo com o previsto no Decreto-Lei nº433/99, de 26 de Outubro, na redação vigente, prevê o nº 4 do artº 196º o seguinte que passo a transcrever: "O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número de prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer uma delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização." -----

Compete ao órgão de execução fiscal, nos termos do artº 197º do citado diploma, autorizar o plano de pagamento. -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, pode a Câmara atender à pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme plano apenso à presente informação, alertando para o facto de que a falta de pagamento de qualquer das prestações importa o vencimento imediato das seguintes, prosseguindo o processo de execução fiscal os seus normais termos até à extinção (nº1 do artº 200º do CPPT). -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

5. RAQUEL JESUS SANTOS ALVES RUAZ PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA MANUEL DA FONSECA, N.º 18, EM CUBA

Foi presente à Câmara a Informação n.º 103/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Sr.ª Raquel Jesus Santos Alves Ruaz, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia, proveniente de consumo de água no local indicado, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em 2 prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

Trata-se de assunção da dívida referente ao contrato de água cujo titular é a senhora Raquel Leonor da Silva Veloso. -----

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que: -----

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas -----
(...) -----

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o exe-

cutado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. -----

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações -----

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal. -----

Face ao exposto, e salvo melhor opinião, pode a Câmara, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

6. MARIA ELVIRA MOURATA FERREIRA MARTINS. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: LARGO DA PRAÇA, N.º 14, FARO DO ALENTEJO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 101/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Sr.ª Maria Elvira Mourata Parreira Martins, na qualidade de filha do titular do contrato de água, o Sr. João António Parreira, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia, proveniente de consumo de água no local indicado, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de € 30,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

Trata-se de assunção de dívida acumulada por arrendatário que não cumpriu o contrato. Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que: -----

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas -----

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações.

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

Face ao exposto, e salvo melhor opinião, pode a Câmara, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

7. SÓNIA LILIANA GOMES DE ALMEIDA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DO PENEDO, N.º 15, EM CUBA.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 100/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve:

“Solicita a Sr.ª Sónia Liliana Gomes de Almeida a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia, proveniente de consumo de água no local indicado, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de € 25,50, de acordo com a simulação anexa, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas -----

(...) -----

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. -----

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações -----

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal. -----

Face ao exposto, e salvo melhor opinião, pode a Câmara, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

8. RUI NELSON LADEIRA CARVALHO PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES LOCAL DE CONSUMO: RUA ANTÓNIO MARIA FIALHO ILDEFONSO, N.º 6, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 102/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

Solicita o Sr. Rui Nelson Ladeira Carvalho, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia, proveniente de consumo de água no local indicado, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de € 25,50, de acordo com a simulação anexa, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada
que: -----

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas -----
(...) -----

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. -----

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações -----

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal. -----

Face ao exposto, e salvo melhor opinião, pode a Câmara, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

9. ANA LUÍSA BATISTA ABUNDÂNCIA. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE DIVIDAS DE ATL E FORNECIMENTO DE ÁGUA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 68/2023, SAJAI, da autoria da Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

Foi-nos presente o pedido apresentado pela Sr.ª D. Ana Luísa Batista Abundância, que a seguir se transcreve: -----

"Exmo. Senhor -----

Presidente da Câmara Municipal de Cuba -----

Eu, Ana Luísa Batista Abundância, venho por este meio solicitar a autorização de vossa excelência para a realização de novos planos prestacionais relativamente à dívida de ATL (Atividades de Tempos Livres), e à dívida de Água que possuo no município. -

As dívidas, que aqui apresento, às quais peço a sua maior apreciação, já foram sujeitas, anteriormente, a planos de pagamento, o ATL em Setembro de 2022 e, posteriormente, a água em Outubro de 2022, mas que, por impossibilidade financeira, não foram liquidadas as devidas prestações. -----

Sendo positiva a apreciação de vossa excelência e aprovada a realização de novos planos prestacionais às dívidas acima referidas, peço, atenciosamente, que o valor de cada prestação para cada plano não seja superior a 25€, sendo este o valor que atualmente consigo pagar, visto estar desempregada, como comprova a declaração em anexo, e com três crianças menores a cargo. -----

Sem mais assunto de momento, aguardo, atenciosamente, uma resposta a este requerimento. -----

Com os melhores cumprimentos, Ana Luísa Batista Abundância." -----

Antes de mais, cumpre informar que a requerente pediu anteriormente o pagamento em prestações das suas dívidas, não os tendo cumprido. -----

Há que distinguir duas situações: -----

1) Dívida do ATL - trata-se de uma dívida proveniente do incumprimento de uma obrigação pecuniária resultante dos serviços de tempos livres usufruídos pelos educandos da requerente. -----

Assim, de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 10.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços, o pagamento do valor em dívida em prestações (" (...) poderá ser autorizado, a requerimento do devedor que não possa cumprir integralmente e de uma só vez a taxa devida em cada processo, e quando o respetivo valor for igual ou superior a 200€ (duzentos euros), o seu pagamento em prestações iguais, não podendo a última ir para além de um ano a contar da data em que a prestação tributária se mostre devida".

A falta de pagamento de uma prestação implica o vencimento imediato de todas as outras, o que determinará a instauração do devido processo de injunção para cobrança desses valores. -----

2) Divida de água - tratando-se de tarifas estão sujeitas ao processo de execução fiscal, conforme determina o n.º 2 do art.º 12.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais (*"As dívidas que não forem pagas voluntariamente são objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário"*). -----

Chama-se a atenção para o facto de a requerente já ter solicitado planos de pagamento em prestações quer para a dívida do ATL, quer para a dívida de água (processo de EF n.º 104/2019), os quais não cumpriu (vide documentos anexos). -----

A requerente encontra-se desempregada, conforme declaração do IEFP, que se junta à presente informação, e aguarda RSI. -----

No caso de não serem autorizados novos planos de pagamento em prestações (dado o historial de incumprimentos da requerente), a fase seguinte será a penhora, no processo de execução fiscal, e a instauração de um processo de injunção para cobrança dos valores do ATL. Porém, atenta a situação atual da requerente (desempregada e a aguardar deferimento de RSI), dificilmente terá valores penhoráveis. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, ao abrigo da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, remeter o presente pedido para que o órgão executivo sobre ele delibere o que entender mais conveniente. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que não foi cumprido o anterior plano deliberou possibilitar o pagamento em 24 prestações, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras prosseguindo o processo para a penhora de bens. -----

10. DUARTE NUNO DAMÁSIO PIOLTY SEZÕES. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE DIVIDAS DE ATL E FORNECIMENTO DE ÁGUA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 69/2023, SAJAI, da autoria da Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

Foi-nos presente o pedido apresentado pelo Sr. Duarte Nuno Damásio Piolty Sezões,
que a seguir se transcreve: -----

"Exmo. Senhor -----

Presidente da Câmara Municipal de Cuba -----

*Eu, Duarte Nuno Damásio Piolty Sezões, venho por este meio solicitar a autorização de
vossa excelência para a realização de um novo plano prestacional relativamente à dí-
vida de água, referente ao Restaurante Chave D'Ouro. -----*

*Esta dívida, que aqui apresento, à qual peço a sua maior apreciação, já foi sujeita, an-
teriormente, a um plano prestacional, o qual não foi possível liquidar devido à situação
COVID, que na altura se atravessava. Situação essa que também me forçou a encerrar
o espaço, devido aos baixos rendimentos. -----*

*Assim sendo, caso a apreciação de vossa excelência seja positiva e seja aprovada a rea-
lização de um novo plano prestacional à dívida acima referida, peço, atenciosamente,
que o valor de cada prestação não seja superior a 25€, sendo este o valor que atual-
mente consigo pagar. -----*

*Sem mais assunto de momento, aguardo atenciosamente uma resposta ao requeri-
mento aqui apresentado." -----*

A dívida em questão, tratando-se de tarifas, foi submetida a processo de execução fiscal,
que corre os seus termos sob o n.º 548/2018, conforme informação abaixo. -----

O requerente encontra-se a trabalhar por conta de outrem, mas desconhece-se quanto
auferir, porque até à presente data não apresentou o recibo de remuneração, conforme
documentos anexos. -----

No caso de não ser autorizado novo plano de pagamento em prestações, a fase seguinte
será a penhora. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, ao abrigo da competência vertida na
alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, re-
meter o presente pedido para que o órgão executivo sobre ele delibere o que entender
mais conveniente.

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que não foi cumprido o anterior plano deli-
berou possibilitar o pagamento em 24 prestações, alertando para o facto de que o in-
cumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas
as outras prosseguindo o processo para penhora de vencimento/bens. -----

11. PATROCÍNIO À FEIRA ANUAL DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 70/2023, SAJAI, da autoria da Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

Como já vem sendo tradição, vem a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior apresentar o seu patrocínio à Feira anual de Cuba/2023, que se traduz na atribuição de uma verba de 2.000 € (dois mil euros), e tendo como contrapartida para o Município a inserção do logótipo da CCAMGI nos materiais promocionais, assim como a passagem de spots publicitário nos ecrãs gigantes presentes no recinto e na rádio do evento e a colocação dos seus materiais publicitários (Faixas e pendões) nos locais de maior visibilidade do recinto do evento.

Pelo exposto, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria em matéria de estabelecimento da ordem do dia das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o Órgão Executivo sobre ele delibere, nos termos das alíneas o) (*“Compete à Câmara Municipal (...) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município (...)”*), ff) (*“Compete à Câmara Municipal (...) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal”*), e j) (*“Compete à Câmara Municipal (...) aceitar doações (...)”*), do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aceitar a proposta de patrocínio. -----

12. MANUEL RUI DE SOUSA BEXIGA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENCERRAMENTO DE RUA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 97/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

Solicita o Sr. Manuel Rui de Sousa Bexiga autorização para o fecho do arruamento em

frente ao seu estabelecimento de taberna, sito na Rua do Alto da Bica, em Cuba, por ocasião da Feira Anual de Cuba, nos dias 1, 2 e 3 de setembro de 2023. Solicita, ainda, 3 mesas corridas e respetivos bancos, bem como baldes do lixo. -----

De acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal”. -----

Nas edições anterior a Câmara tem deferido a pretensão do requerente. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão do requerente. -----

13. DESIGNAÇÃO DO ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (EPD)/DATA PROTECTION OFFICER (DPO) -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 97/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

O Regulamento UE 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (doravante Regulamento Geral de Proteção de Dados, ou RGPD), **relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais** (entendidos como “*informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular*” – vide n.º 1 do art.º 4.º do RGPD) e à livre circulação desses dados, foi publicado em 2016, com um período de adaptação de 2 anos, sendo direta e obrigatoriamente aplicável em todos os países da União Europeia (UE) no dia **25 de maio 2018**.

A 08/08/2019, foi publicada a Lei n.º 58/2019, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27

de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

O RGPD aplica-se a todas as organizações privadas e públicas que se encontrem nos estados membros da UE ou organizações subcontratadas para o efeito situados na UE, que tratem dados pessoais de titulares singulares residentes no território da EU, independentemente da sua nacionalidade ou do seu local de residência.

Este Regulamento introduziu um inovador conjunto de regras, entre as quais se destaca a obrigação de designar um encarregado para a proteção de dados.

O tratamento de dados pessoais, conforme definido no n.º 2 do art.º 4.º do RGPD, consiste em *“uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição”*.

Por seu turno, **o responsável pelo tratamento** é a pessoa singular ou coletiva, **a autoridade pública**, a agência ou outro organismo **que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais**; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro (*vide* n.º 7 do citado artigo). Assim sendo, no Município de Cuba o responsável pelo tratamento de dados é o próprio Município, pessoa coletiva de direito público n.º 500832935, com sede na Rua Serpa Pinto, n.º 84, 7940-172 Cuba, contactável através do endereço eletrónico geral@cm-cuba.pt ou do telefone n.º 284419900, a quem cabe aplicar as medidas técnicas e organizativas que forem adequadas para assegurar e estar em condições de comprovar que a recolha e tratamento de dados pessoais são feitas em cumprimento do RGPD e demais legislação complementar.

Determina a alínea a) do n.º 1 do art.º 37.º do RGPD, conjugada com os n.ºs 1 e 2, alínea c), do art.º 12.º da Lei n.º 58/2019, de 08/08, que é obrigatória a designação de encarregados de proteção de dados nas entidades públicas, entre as quais se incluem as autarquias locais. -----

O encarregado da proteção de dados é designado com base nas suas qualidades profissionais e, em especial, nos seus conhecimentos especializados no domínio do direito e das práticas de proteção de dados, bem como na sua capacidade para desempenhar as funções referidas no art.º 39.º do RGPD, e pode ser um elemento do pessoal da entidade responsável pelo tratamento ou do subcontratante, ou exercer as suas funções com base num contrato de prestação de serviços (*vide* n.ºs 5 e 6 do citado art.º 37.º). Independentemente da natureza da sua relação jurídica, o encarregado de proteção de dados exerce a sua função com autonomia técnica perante a entidade responsável pelo tratamento (*vide* n.º 2 do art.º 9.º da Lei). -----

Determina a alínea c) do n.º 3 do art.º 12.º da Lei, que nos municípios, o encarregado de proteção de dados é designado pela câmara municipal, com faculdade de delegação no presidente e subdelegação em qualquer vereador. -----

Pelo exposto, com base nas qualidades profissionais e nos conhecimentos especializados no domínio do direito e das práticas de proteção de dados, propõe-se que seja designado EDP do Município de Cuba: -----

- Vitor Manuel Parreira Fialho, licenciado em direito, Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, em regime de substituição.

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, no âmbito da competência própria prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, remeter o presente assunto para deliberação do órgão executivo.

Mais se informa que após a designação do EPD devem os seus contactos ser publicados e comunicados à autoridade de controlo, que é a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), conforme estatui o art.º 3.º da Lei n.º 58/2019, de 08/08, mediante formulário próprio disponível no link: <https://www.cnpd.pt/dpo/DPOiniciar.aspx>.

A Câmara, por unanimidade, deliberou designar para EPD o Dr. Vitor Fialho, chefe de Divisão da Câmara. -----

14. DESIGNAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 97/2023, SAJAI, da autoria da Dr.ª Isabel Sémão, cujo teor se transcreve: -----

O Regulamento UE 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (doravante Regulamento Geral de Proteção de Dados, ou RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais (entendidos como *“informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular”* – vide n.º 1 do art.º 4.º do RGPD) e à livre circulação desses dados, foi publicado em 2016, com um período de adaptação de 2 anos, sendo direta e obrigatoriamente aplicável em todos os países da União Europeia (UE) no dia 25 de maio 2018.

A 08/08/2019, foi publicada a Lei n.º 58/2019, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

O RGPD aplica-se a todas as organizações privadas e públicas que se encontrem nos estados membros da UE ou organizações subcontratadas para o efeito situados na UE, que tratem dados pessoais de titulares singulares residentes no território da EU, independentemente da sua nacionalidade ou do seu local de residência.

Este Regulamento introduziu um inovador conjunto de regras, entre as quais se destaca a obrigação de designar um encarregado para a proteção de dados.

O tratamento de dados pessoais, conforme definido no n.º 2 do art.º 4.º do RGPD, consiste em *“uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão,*

difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição”.

O responsável pelo tratamento é a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro (*vide* n.º 7 do citado artigo).

Embora o responsável pelo tratamento de dados seja o próprio Município, convém designar uma pessoa que assuma essa função.

Nesta conformidade, resultou de reunião de trabalho que a pessoa melhor qualificada para o exercício destas funções seria o Sr. Vice-Presidente, Dr. Filipe Domingos Candeias Chora. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.^ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter a deliberação do órgão executivo a indicação da pessoa que ficará responsável pelo tratamento de dados. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou designar para o exercício dessas funções o Sr. Vice-Presidente, Dr. Filipe Domingos Candeias Chora. -----

15. APROVAÇÃO DE ADITAMENTO AO CONTRATO EMPRÉSTIMO CELEBRADO COM A CCAM. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 71/2023, SAJAI, da autoria da Dr.^ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

No seguimento da submissão para visto do Tribunal de Contas do contrato de empréstimo celebrado em 11/05/2023, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, C.R.L., veio o mesmo devolvido para esclarecimento das questões assinaladas no documento que se anexa. -----

Assim, dando cumprimento às determinações daquele Tribunal, foi proposta pela

CCAM um aditamento ao contrato, o qual, depois de analisado sofreu algumas correções, de modo a conformá-lo com as exigências do Tribunal de Contas, conforme documento que se anexa e se dá por integralmente reproduzido.

Nesta conformidade, deve V. Ex.^a, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, enviar o aditamento ao contrato de empréstimo para que a Câmara Municipal o aprove.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o presente aditamento, que adiante se transcreve. -----

ADITAMENTO A CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

A Primeira Contraente: -----

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO GUADIANA INTERIOR, C.R.L., com sede na Rua das Terçarias, s/n.º, 7360-035 Moura, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 501057331, com o capital social de € 13.571.000,00 (treze milhões quinhentos e sessenta e um mil euros), adiante designada por **CAIXA AGRÍCOLA** ou **MUTUANTE**. -----

E o Segundo Contraente e Mutuário: -----

MUNICÍPIO DE CUBA, autarquia local, NIPC 500832935, com sede na Rua Serpa Pinto, n.º 84, 7940-172 Cuba, representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal e signatário, João Manuel Casaca Português, que outorga nessa qualidade e em nome do Município, doravante designado por **MUTUÁRIO**. -----

Considerando que

- (i) No dia onze de maio de 2023 foi celebrado, entre a CAIXA AGRÍCOLA MUTUANTE e o MUNICÍPIO MUTUÁRIO, o Contrato de Empréstimo do montante de CENTO E OITENTA E TRÊS MIL OITOCENTOS E OITENTA E CINCO EUROS [€ 183.885,00], ao abrigo dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro (RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais);
- (ii) Dadas as observações do Tribunal de Contas, no âmbito do processo de fiscalização, pese embora no referido contrato, nomeadamente no número quatro da Cláusula

Quarta, esteja expressamente dito que, em caso de mora, os juros moratórios incidem sobre o capital vencido e não pago, as Partes expressam, para ficar inequívoco, que neste empréstimo não há capitalização de juros, nem juros sobre juros nem qualquer anatocismo;

- (iii) Por lapso, o plano financeiro junto ao contrato como seu **Anexo I**, e assim identificado no número **2. (Dois)** da **Cláusula Terceira**, estava desatualizado à data da assinatura do contrato, e não apresentava as taxas de juro e o montante das prestações corretos, pelo que as Partes pretendem substituir esse plano financeiro anexo ao contrato;

E nessa conformidade, as Partes ajustam este Aditamento para **substituição do Anexo I** ao sobredito Contrato de Empréstimo, e assim identificado no número **2. (Dois)** da **Cláusula Terceira**, com efeitos retroactivos à data da sua assinatura, plano esse que também se anexa a este Aditamento, e para modificação parcial da redação dos números **2. (Dois)** e **4. (Quatro)**, e eliminação do número **5. (cinco)**, porquanto não são devidas quaisquer comissões, da **Cláusula Quarta**, do mesmo Contrato de Empréstimo, que se substitui pela seguinte:

CLÁUSULA QUARTA

[...]

2. Atento o previsto no número um, a taxa de juro anual nominal (TAN) atual é de três vírgula seiscentos e cinquenta e sete por cento (3,657%); e a taxa anual efetiva (TAE) deste contrato, calculada nos termos do Dec.-Lei n.º 220/94, de 23.08, é três vírgula setecentos e dezanove por cento (3,719%).

4. Em caso de mora no pagamento de prestações de reembolso do capital do empréstimo será devido pelo MUTUÁRIO o pagamento de uma cláusula penal de 3% (três) por cento.

[...]

São mantidas as demais condições e cláusulas contratu-
ais. -----

Local _____ de _____ de dois mil e vinte e
três.

Pela MUTUANTE, os Administradores signatários da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do
Guadiana Interior, C.R.L.:

Pelo MUTUÁRIO: o Presidente da Câmara Municipal de Cuba:

16. CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO DENTÁRIA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 97/2023, SA, da autoria do Coordenador Téc-
nico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

Foi-nos presente o pedido apresentado pelo Grupo de Clínicas Dentárias Smile.Up Beja,
que a seguir se transcreve: -----

*“Numa altura em que a saúde deve ser a prioridade de todos, em nome do grupo de
clínicas dentárias Smile Up, vimos verificar a possibilidade junto de vossas excelências
em realizarmos uma ação de sensibilização na vossa Feira Anual.*

*Esta sensibilização teria em vista ter entre 2 promotores a esclarecer dúvidas de saúde
oral e oferecer aos clientes consultas de avaliação oral sem custo associado.*

*Temos interesse em que esta ação de sensibilização decorra no próximo dia 02 de Se-
tembro das 16h às 20h.*

*Aguardamos pelo vosso feedback ao nosso pedido bem como a documentação neces-
sária para proceder à faturação.”.*

Trata-se de uma questão que não se encontra prevista no âmbito das Normas de Fun-
cionamento da Feira Anual de Cuba.

Assim, e de acordo com o disposto no n.º 17 dessas normas, “As dúvidas e omissões
serão resolvidas pela estrutura afeta à organização do certame”.

Pelo exposto, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria vertida na
alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, sub-
meter o presente pedido a deliberação do órgão executivo.

Mais, face às características da campanha (rastreamento oral gratuito), deve a Câmara Municipal deliberar, caso entenda autorizar a realização da mesma no recinto da feira, se são devidas taxas pela ocupação de terrado ou se tal ocupação estará isenta ou sujeita a taxa reduzida, nos termos do disposto no art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou indeferir a pretensão do requerente por colidir com a realização da Feira Anual. -----

17. JOAQUIM INÁCIO ARAÚJO GAVIÃO. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA EDIÇÃO DE LIVRO DE POESIA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou a atribuição da verba solicitada pelo requerente para edição de obra literária. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

18. A.G.C. ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DA PISTA DE GALGOS E DE DIVERSO MATERIAL. LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 105 /2023, SA da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

Solicita a A.G.C. Associação Galgueira de Cuba a cedência da Pista de Galgos para realização de Corridas de Galgos, no próximo dia 16 de setembro, no horário compreendido entre as 10h00 e as 19h30; bem como a respetiva licença especial de ruído e a isenção do pagamento de taxas. -----

(1) Pedido de cedência da Pista e de material. -----

De acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, com-

pete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal. -----

(2) Pedido de licença especial de ruído. -----

De acordo com o disposto no n.º 15.º Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

O presente pedido tem enquadramento no disposto no artigo 15.º do presente Decreto-Lei. -----

(3) Isenção do pagamento de taxas. -----

Refere o n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50%, mediante deliberação fundamentada da câmara, as associações recreativas, desde que legalmente constituídas pelas atividades que se destinem direta e indiretamente à realização dos seus fins estatutários. -----

O valor das taxas sobre o qual incide o pedido de isenção é de € 19,05. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1. Ceder o material solicitado;
 2. Emitir a Licença de Ruído;
 3. Reduzir em 50% o valor das taxas devidas com a emissão da licença de ruído
-

19. SUBMISSÃO DE 1 CANDIDATURA CEI+ NA ÁREA SERVIÇOS GERAIS – 3 VAGAS.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 7/2023, GPOE, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo teor se transcreve: -----

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar que é intenção da Câmara Municipal de Cuba submeter ao IEPF uma candidatura CEI+, para a integração de três colaboradores na área de serviços gerais. Esta candidatura tem a duração de 6 meses.

Assim passo a descrever a despesa prevista para esta candidatura.

Valores globais para 2023:

1) 1.1 - Bolsa mensal: 480,43 € x 3 pessoas x 6 meses.....	8.647,74 €
1.2 - Subsídio de alimentação: (6,00 €) x 3 pessoas x 22 dias x 6 meses	2.376,00 €
1.3 – Seguro de Acidentes Pessoais.....	285,00 €
Total :	11.308,74 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP é baseada em custos unitários por mês e por beneficiário, neste caso será o seguinte:

2.1 Bolsa mensal: 3 pessoas x 6 mês.....	6.918,20 €
--	------------

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:6.918,20 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Total da despesa da candidatura.....	8.647,74 €
--	------------

3.2 Total da Comparticipação por parte do IEFP.....	6.918,20 €
---	------------

Total a cargo da entidade	1.729,54 €
---------------------------------	------------

Face ao exposto cumpre-me concluir:

Atendendo à urgência na submissão da candidatura, que a despesa associada à mesma importa no valor de 1729,54 €, pode o Presidente da Câmara fazer uso do disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, e remeter o despacho a que houver lugar para ratificação na próxima reunião de Câmara de 31 de Agosto de 2023.

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo a responsabilidade pelo pagamento das despesas decorrentes da aprovação da mesma.

20 . LUCIANA DO NASCIMENTO CANUDO LANÇA VALADAS. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO NOS TERMOS DO ART.º 54.º DA LEI N.º 91/95, DE 2/09, NA REDAÇÃO ATUAL. RECONVERSÃO URBANÍSTICA DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL (AUGI).

Foi presente à Câmara a Informação n.º 98/2023, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo teor se transcreve: -----

Vem a Sr.ª Luciana do Nascimento Canudo Lança Valadas requerer a emissão de uma certidão comprovativa de que a Câmara não se opõe ao aumento do número de compartes no prédio rústico artigo 412, secção K, da freguesia de Cuba, nos termos do n.º 1 do art.º 54.º da lei n.º 91/95, de 2/09, na redação atual.

Relativamente a esta matéria refere o n.º 1 do art.º 54.º da lei n.º 91/95, de 2/09, na redação atual, que: "*A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios*".

De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo "*O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana*".

Não sendo o caso, poderá a Câmara deferir o pedido da requerente.

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir a certidão não se opondo ao aumento do número de compartes. -----

21. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023. CRIAÇÃO DE LUGAR DE TÉCNICO SUPERIOR – GESTÃO DE EMPRESAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação reg.º n.º 9694, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Ana Duarte, cujo teor se transcreve: -----

Foi solicitado a esta subunidade a criação do lugar de Técnico Superior área de gestão de empresas para afetar à Divisão de Administração, Finanças e Cultura.

Face à necessidade urgente de para o exercício das funções o que requer já experiência, optar-se-á pelo procedimento concursal em regime de mobilidade interna na categoria

Sabendo que o Mapa de pessoal em vigor não contempla o posto de trabalho agora posto a concurso, regista-se a necessidade de se proceder à alteração do Mapa de Pessoal para a criação do referido posto de trabalho.

Desta forma, cumpre a esta subunidade informar o seguinte:

A norma legal para efeitos de aprovação e alterações ao mapa de pessoal é a constante na Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua redação vigente, doravante designada por LGTFP, articulada com as adaptações à administração local constantes no Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro.

Em matéria de alteração de ao mapa de pessoal, o artigo 29º da LGTFP dispõe o seguinte:

1 – (...);

2 – (...);

3 – (...)

4 – (...);

5 – As alterações aos mapas de pessoal que impliquem um aumento de postos de trabalho carecem de autorização prévia do membro do Governo de que dependa o órgão ou serviço, de cabimento orçamental e do reconhecimento da sua sustentabilidade futura pelo membro do Governo responsável pela área de finanças.

6 – (...);

7 - - (...);

Na administração Local, o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, procede à adaptação, naquela data, da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e atualmente, por força do disposto no artigo 42.º da Lei preambular da Lei n.º 35/2014, “todas as referências feitas aos diplomas ora revogados entendem-se feitas para as correspondentes normas da presente lei”;

O Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, artigo 3º que determina o seguinte:

Artigo 3º

Mapas de Pessoal

1 – Os municípios e as freguesias dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, nos termos da Lei nº 12 - A/2008, de 27 de fevereiro.

2 - Os mapas de pessoal a que se refere o número anterior, aprovados, mantidos ou alterados:

a) Nos municípios, pela assembleia municipal;

b) ...

O cabimento orçamental e os custos com o presente recrutamento – novos postos de trabalho, encontram-se previstos nos documentos de cabimento com os nºs sequenciais, 40020, 40027 e 40030, conforme informação prestada por e-mail, nesta data, pelos serviços financeiros.

As funções que o técnico virá a desempenhar de acordo com Regulamento de Organização de Funcionamento dos Serviços do Município de Cuba, publicado no diário da República nº 27, de 8 de fevereiro de 2022, são:

1) No que concerne ao aprovisionamento:

“a) Assegurar as aquisições de bens e serviços necessários à execução eficiente e oportuna das atividades municipais planeadas, respeitando os melhores critérios de gestão económica, financeira e de qualidade;

b) Elaborar, em colaboração com os diversos serviços, o plano anual de aquisições, em consonância com as atividades previstas no plano de atividades;

c) Proceder, mediante prévia autorização do órgão ou entidade competente, ao lançamento dos concursos para fornecimento de bens e serviços;

d) Preparar os processos administrativos dos concursos para apreciação e parecer por comissões de análise em conformidade com a natureza dos bens ou serviços a adquirir;

e) Participar na preparação de regulamentos e cadernos de encargos para consultas ao mercado e concursos de aquisição de materiais e outros bens e serviços;

f) Conferir as guias de remessa e respetivas faturas, referentes aos materiais adquiridos e ainda, controlar os prazos de entrega dos mesmos pelos fornecedores;

g) Administrar os artigos de consumo corrente existentes e proceder à sua distribuição interna, propondo medidas tendentes a racionalizar as aquisições do material e os consumos;

h) Manter atualizados os ficheiros de fornecedores, e materiais ou outros necessários ao funcionamento dos serviços.

2) Controlo de custos:

a) Efetuar o tratamento administrativo dos dados relativos ao sistema de controlo de custos de obras e serviços;

b) Colaborar com o/a responsável pelos serviços técnicos de obras na preparação das informações a fornecer ao executivo camarário."

Face à urgência do procedimento e necessidade do técnico possuir experiência na área, determina-se que o procedimento para recrutamento a adotar será de mobilidade interna na categoria.

Relativamente a esta modalidade recrutamento importa referir o que a lei estabelece, nomeadamente na LGTFP:

"Artigo 92º

Situações de mobilidade

1- Quando haja conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham, os trabalhadores podem ser sujeitos a mobilidade.

2 - A mobilidade é devidamente fundamentada e pode abranger:

a) Mobilidade dentro da mesma modalidade de vínculo de emprego público por tempo indeterminado ou entre ambas as modalidades;

b) Mobilidade dentro do mesmo órgão ou serviço ou entre dois órgãos ou serviços;

Artigo 93º

Modalidades de mobilidade

1- A mobilidade reveste as modalidades de mobilidade na categoria e de mobilidade intercarreiras ou categorias.

2 - A mobilidade na categoria opera-se para o exercício de funções inerentes à categoria de que o trabalhador é titular, na mesma atividade ou em diferente atividade para que detenha habilitação adequada.

3 – (...)

4 - A mobilidade intercarreiras ou categorias depende da titularidade de habilitação adequada do trabalhador e não pode modificar substancialmente a sua posição.

Artigo 97º

Duração

1 – A mobilidade tem a duração máxima de 18 meses, exceto nos casos:

a) (...)

b) (...)

Artigo 97º - A

Publicitação do procedimento

A mobilidade é publicitada pelo órgão ou serviço de destino, pelos seguintes meios:

a) na Bolsa de emprego Público (www.bep.gov.pt), através do preenchimento de formulário próprio para o efeito disponibilizado;

b) Na página eletrónica do órgão ou serviço de destino, através da identificação da situação e modalidade da mobilidade pretendida e com ligação à correspondente publicitação na Bolsa de Emprego Público;”

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1 - Ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela al. ccc), do n.º1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013, aprovar a presente proposta para posterior submissão à assembleia municipal, para a criação de 1 posto de trabalho de Técnico Superior – área de gestão de empresas a afetar à Divisão de Administração, Finanças e Cultura.

2- Por se tratar de competências próprias da assembleia municipal, no uso das competências previstas na al. o), n.º 1, art. 25º, da mesma lei, articulado com a alínea a) do n.º 2, do art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua versão vigente, seja a presente proposta de alteração apresentada à próxima reunião do órgão deliberativo, para que possa ser deliberada a alteração ao mapa de pessoal de 2023, conforme ponto anterior. -----

22. SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA ATLETAS SPORTING CLUBE DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 23/2023, UEASSD/SAD, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

Através de correspondência eletrónica vem o Sporting Clube de Cuba solicitar que os três atletas de nacionalidade Brasileira contratados por este clube para esta época desportiva possam tomar a segunda refeição (almoço) nas instalações do estaleiro ou irem buscá-las para as tomarem nos seus aposentos. Sendo que os custos ficam a cargo do clube.

Sobre esta matéria, cumpre-nos informar que o estaleiro municipal é um serviço interno da Câmara Municipal, que confeciona diariamente refeições para os funcionários municipais, tendo as mesmas um custo de 4,10€.

Mais se informa que o Município de Cuba e o Sporting Clube de Cuba estabeleceram um protocolo de colaboração, cujo teor foi aprovado em reunião ordinária do órgão executivo, no dia 01 de março do corrente, onde ficou estabelecido, entre outras condições, o apoio financeiro a atribuir ao clube, valor que pode ser utilizado com vista ao pagamento de refeições que, como supramencionado no texto do pedido, o Clube se comprometeu a pagar.

Considerando que compete à Câmara Municipal, de acordo com a alínea u) do Art.º 33 da Lei 75/2013 na sua redação atual *apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)*, situação consagrada na alínea u) do Art.º 33º da Lei citada e tendo em conta a especificidade do

pedido, deverá V. Ex.^a, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria em matéria de estabelecimento da ordem do dia das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o Órgão Executivo possa deliberar sobre:

1.º A permissão de três atletas do Sporting Clube de Cuba poderem usufruir do almoço confeccionado no estaleiro Municipal.

2.º Considerar que o custo do fornecimento de refeições para os funcionários da Câmara Municipal é de 4,10€.

3.º Tomar em consideração o apoio financeiro previsto em protocolo entre o Município de Cuba e o Sporting Clube de Cuba, cujo montante poderá reverter para o pagamento das refeições, caso a Câmara Municipal assim o delibere.

A Câmara, por unanimidade, deliberou permitir aos atletas o acesso às refeições confeccionadas no Estaleiro Municipal, sendo o valor das mesmas descontado da verba considerada no protocolo com o Clube. -----

23. PROPOSTA DE ENCERRAMENTO DA PISCINA MUNICIPAL DESCOBERTA POR OCASIÃO DA FEIRA ANUAL DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 24/2023, UEASSD/SAD, da autoria da Técnica Superior Dr.^a Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

Como é de todos conhecido, decorrerá entre os dias 31 de agosto e 4 de setembro a Feira Anual de Cuba 2023. Este evento, forte mobilizador cultural e turístico do concelho e até da região, atrai à vila milhares de visitantes que até aqui se deslocam para poder participar nas diversas iniciativas que são dinamizadas.

Assim, como forma de mobilizar todas as pessoas para o recinto da Feira, valorizando todo o investimento que é feito, quer pelo Município, quer pelas diversas entidades públicas e privadas que nela participam, propõe-se o encerramento da Piscina Municipal Descoberta, a partir das 15h dos dias 2 e 3 de setembro do corrente.

Em respeito pelos utilizadores deste equipamento, propõe-se ainda que a esta redução do horário de funcionamento corresponda também uma redução no custo da entrada.

Sobre esta matéria, compete à Câmara Municipal, de acordo com a alínea ee) do Art.º 33 da Lei 75/2013 na sua redação atual *Criar, construir e gerir instalações, equipamentos (...) integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal.*

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1º - Proceder ao encerramento ao público da Piscina Municipal Descoberta, a partir das 15h dos dias 02 e 03 de setembro do corrente, por ocasião da Feira Anual de Cuba 2023;

2º - Determinar que devido ao encerramento parcial da Piscina Municipal Descoberta nesses dias, o preço do acesso a este equipamento seja reduzido em 50%.

24. SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL POR PARTE DOS ATLETAS DO CLUBE.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 25/2023, UEASSD/SAD, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

Através de correspondência eletrónica vem o Sporting Clube de Cuba solicitar ao Município de Cuba a entrada gratuita dos nossos atletas do plantel sénior no Ginásio Municipal de Cuba. Auxiliando assim, desta forma, a que os nossos atletas consigam de uma forma mais efetiva atingir a boa forma física para que os nossos resultados desportivos sejam o melhor possível. Esta medida seria também um factor relevante no sentido de motivar os vários jogadores a representar o nosso clube e de promoção da prática desportiva no nosso concelho.

Sobre esta matéria, cumpre-nos informar que o acesso ao Ginásio Municipal tem um custo de 4,50€ para uma entrada individual, 45,20€ relativo à aquisição de um cartão de acesso de 30 sessões e 36,10€ para um cartão de 15 sessões, de acordo com o deliberado pela Câmara Municipal, na sua sessão ordinária de 01 de março do corrente. Mais se informa que a Câmara Municipal deliberou ainda, na sua sessão ordinária de 01 de fevereiro de 2023 a implementação de um sistema de marcação prévia das sessões do Ginásio Municipal.

Nesta conformidade, ao abrigo do Artigo 17º do *Regulamento de Funcionamento e Utilização do Ginásio Municipal*, articulado com o Artigo 33º, nº 1, alínea ee) da Lei 75/2013 de 12 de setembro, no que concerne à gestão dos equipamentos municipais, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria em matéria de estabelecimento da ordem do dia das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o Órgão Executivo delibere sobre o seguinte:

1.º Apreciar o pedido de utilização do Ginásio Municipal por parte dos atletas do Plantel Sénior do Sporting Clube de Cuba;

2.º Determinar as condições em que esse acesso será efetuado.

A Câmara, por unanimidade, tendo em conta a quantidade de coletividades existentes no concelho, não existindo meios humanos e condições físicas para dar resposta a todos, em condições de igualdade, deliberou indeferir o pedido. -----

25. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO POR PARTE DO MUNÍCIPE HÉLDER RAMOS PARA UTILIZAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS EM EVENTO COMEMORATIVO QUE TEVE LUGAR NO SALÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA. PROPOSTA DE CATIVAÇÃO DE VALOR EM RESULTADO DE DANOS CAUSADOS NO PATRIMÓNIO MUNICIPAL E LIBERTAÇÃO DO REMANESCENTE. EXERCÍCIO PRÉVIO DO DIREITO DE AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 23/2023, DAODS, da autoria do Chefe de Divisão Dr. Vitor Fialho, cujo teor se transcreve: -----

Como é consabido o Sr. Hélder Ramos solicitou a cedência de mesas, cadeiras, assadores e caixotes do lixo, visando a realização de um evento comemorativo que teve lugar no passado dia 01 e 02 de julho, no Salão Dos Bombeiros Voluntários de Cuba.

Para o efeito, estipulou-se, a exemplo do que é usual neste tipo de cedências a fixação de uma caução no valor de 500€. Vide doc. n.º 1.

Com essa caução visa-se assegurar que os edifícios e/ou bens cedidos são devolvidos nas condições em que foram entregues, assim como para a autarquia ser ressarcida de danos que venham a ocorrer no seu património municipal em função do evento autorizado.

Pelas razões que já são conhecidas dos membros do executivo a realização do evento causou alguma perturbação na ordem pública, porquanto e de acordo com provas recolhidas, foram cometidas as seguintes infrações:

1.º - Pelo requente, na sexta-feira que antecedeu o evento, foi solicitado via telefone a autorização para um acampamento ocasional no Parque Manuel de Castro (zona dos eucaliptos), tendo o mesmo sido informado que o pedido era apresentado fora de prazo a 24 horas do evento e sem possibilidade de ser analisado pelos serviços internos e externos, designadamente, Centro de Saúde, pelo que não havia condições para deferir a pretensão;

1.1.º - Temos conhecimento que à revelia da autarquia o acampamento ocasional realizou-se na mesma e em resultado do mesmo foram provocados vários danos, em baixo melhor identificados;

1.1.1.º - Foi efetuadas fogueiras numa zona altamente arborizada, em pleno verão com temperaturas elevadas, com materiais de combustão no local, que poderiam ter causado danos graves;

1.1.2.º - O sitio do acampamento ocasional ficou imundo, conforme fotos em anexo – Vide Doc. n.º 2;

1.1.3.º - Foram danificados seis aspersores de rega no Parque Manuel de Castro, que não puderam ser reparados e a aquisição de novos e respetiva montagem dos mesmos orçou em 182,77€ - Vide Doc. n.º 3;

1.1.4.º - Elementos que integraram o evento ainda se dirigiram ao perímetro urbano da empreitada o Ecoparque do Alentejo Central, sendo interdita a entrada e permanência a pessoas estranhas ao empreiteiro e ao dono de obra, ali permaneceram durante várias horas causando constrangimentos na realização dos trabalhos da empreitada e sido incorretos com alguns operários ao serviço do empreiteiro.

Os Vereadores do PS entendem que a caução não deve ser restituída.

O Sr. Presidente da Câmara disse que percebe o ponto de vista dos vereadores mas a câmara não pode agir de acordo com o senso comum ou com o sentimento da população e sim com base em factos concretos. Aquilo que se conseguiu provar é que os danos atingem o valor que foi apresentados pelos serviços técnicos, logo, de acordo com a legislação em vigor, a caução a ser utilizada é relativa a esse montante e o remanescente deverá ser libertado. Isto não implica que relativamente a outras matérias possam existir contraordenações, identificadas e levantado auto de notícia, que não podem ser utilizadas ou abatidas no valor da caução.

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, deliberou:

- a) – Atentos os factos em cima enunciados determinar aos serviços a cativação do valor de 182,77€ em resultado de danos causados no património municipal e libertação apenas do remanescente – 317,23;
- b) – Censurar publicamente a conduta do organizador do evento e dos seus convidados e sensibilizar que de futuro deverá existir maior disciplina, sob pena de serem colocadas reservas à cedência de materiais e à emissão de licenças do ruído para festividades similares;
- c) – Exortar à promoção da igualdade de direitos e deveres dos munícipes residentes no concelho, independentemente da sua em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.
- d) – Conceder ao munícipe a possibilidade de exercer o direito de audiência prévia no prazo máximo de 10 dias úteis contados da receção da presente comunicação.

26. LUIS ANTÓNIO RAMALHO FRAGOSO. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 4 DO ARTIGO 6.º DO RJUE. ARTIGO URBANO N.º 655 DA MATRIZ E N.º 5/19850311 DA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL. RUA 5 DE OUTUBRO, 14, EM VILA RUIVA.

Foi presente à Câmara a Informação reg.º n.º 5649, da autoria do Arq.º Helder Caseiro,

cujo teor de transcreve: -----

Vem o requerente, na qualidade de proprietário, solicitar certidão de destaque, nos termos do disposto no n.º4 do artigo 6.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, para o prédio acima identificado que possui a área de 671.50m² conforme registo predial e levantamento arquitectónico.

À luz do disposto no n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, “os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos”.

As duas parcelas resultantes da operação confrontam com a Rua 5 de Outubro, possuem os n.ºs de polícia 12 e 14, situam-se dentro da área urbana de Vila Ruiva e têm autonomia física. De acordo com a pretensão, a parcela a destacar possui a área de 104.65m², ficando a parcela restante com a área de 527.27m² (coberta de 287.83m² e descoberta de 239.44m²).

A Câmara, por unanimidade deliberou emitir a certidão de destaque. -----

27. CARLA ELISABETE BRÁS COELHO. PROCESSO N.º 23/2023. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. TRAVESSA DA FÉ, S/N FARO DO ALENTEJO- PRÉDIO URBANO N.º 230. -----

Foi presente à Câmara a Informação 23/2023, da autoria do Arq.º Helder Caseiro, cujo teor de transcreve: -----

Vem a requerente submeter a apreciação, o projecto de arquitectura para a construção de moradia unifamiliar, no prédio acima identificado e conforme as peças desenhadas e escritas apresentadas;

O prédio urbano existente que possui fisicamente (de acordo com o levantamento cartográfico) 3371.04m², e não os 3600m² que constam da matriz predial, possui algumas construções anexas (armazéns de apoio agrícola) que se manterão (228.92m²) complementando o uso principal da nova habitação a construir. Preconiza-se uma moradia com frente para a Travessa da Fé, de piso térreo, tipologia T3 e 202.38 m² de área bruta e de implantação;

A linguagem arquitectónica proposta adequa-se de modo relativamente equilibrado ao contexto urbano local, no que respeita aos volumes, alinhamentos e fenestrações das fachadas;

No que respeita ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto em matéria de acessibilidade, aceita-se a intervenção proposta que dá resposta á generalidade das normas técnicas em vigor;



Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado actualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura .

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:
“Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,20 horas. -----

E eu, José Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

